EmSociedade

História e memória das Ciências Sociais na PUC Minas

Regina Medeiros

Entrevista de Regina Medeiros[1] com Maria Cristina Seixas Vilani e Maria Elizabeth Marques (com a participação do professor do departamento de Ciências Sociais, Manoel de Almeida Neto[2])

[1] Entrevistadora, responsável pela entrevista e edição do texto.
[2] Entrevistador participante.

RESUMO

Nosso objetivo é apresentar a entrevista realizada com Maria Cristina Seixas Vilani e Maria Elizabeth Marques, que versa sobre a trajetória das Ciências Sociais na PUC Minas, especialmente sobre as atividades do Ciclo Básico, a criação do departamento de Ciências Sociais, os cursos de graduação em Ciências Sociais e em Relações Internacionais e o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, bem como a participação em projetos de extensão. Ambas as entrevistadas foram professoras da PUC Minas por várias décadas e contribuíram para a institucionalização das Ciências Sociais na universidade, tendo exercido, dentre outras atuações, cargos de chefias de departamento e participação em colegiados.

Palavras-chave: história das ciências sociais; Departamento de Ciências Sociais; fragmentos de memória; PUC Minas.

ABSTRACT

Our objective is to present an interview with Maria Cristina Seixas Vilani and Maria Elizabeth Marques, which deals with the trajectory of Social Sciences at PUC Minas, especially about the activities in the Basic Cycle, the creation of the Department of Social Sciences, of undergraduate courses in Social Sciences and International Relations, and the Graduate Program in Social Sciences, as well as participation in extension projects. Both interviewees were teachers at PUC Minas for several decades and contributed to the institutionalization of the Social Sciences at the university, having, among other activities, held positions of department heads and participated in collegiate.

Keywords: history of social sciences; Department of Social Sciences; fragments of memory; PUC Minas.

Nesta entrevista, realizada no dia 09/06/2022, na unidade da Praça de Liberdade da PUC Minas em Belo Horizonte, Cristina Vilani e Elizabeth Marques compartilham suas memórias e reflexões sobre a trajetória das Ciências Sociais na PUC Minas, em especial sobre o Ciclo Básico nos anos 1970, a criação do departamento de Sociologia (posteriormente passou a departamento de Ciências Sociais), o curso de graduação de Relações Internacionais, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e o curso de graduação de Ciências Sociais. Elas também fazem menção à participação dos professores do departamento em projetos de extensão (atividades no Vale do Jequitinhonha e Instituto da Criança e do Adolescente) e no programa Sociedade Inclusiva, bem como no movimento docente e no processo de criação do Estatuto da Carreira Docente.

Maria Cristina Seixas Vilani é graduada em Ciências Sociais pela UFMG (1971) e mestre em Ciência Política pela UFMG (1979). Ingressou na carreira acadêmica na PUC-Minas em 1974, onde, além de ter sido membro dos colegiados dos cursos em diversos períodos, foi chefe do Departamento de Ciências Sociais de 1981 a 1983 e, posteriormente, de 1986 a 1988, e chefe do Departamento de Relações Internacionais. Participou da criação do Projeto Parlamento Jovem, em parceria com a Escola de Governo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Publicou diversos artigos científicos com foco em Ciência Política, políticas públicas, análise política e jurídica, democracia, comportamento político, Estado e governo.

Maria Elizabeth Marques é graduada em História pela UFMG (1974), mestre em Ciência Política pela UFMG (1978) e doutora em Educação pela UFMG (1999). Sua carreira docente começou em 1971, como professora da educação básica. Iniciou a carreira acadêmica universitária em 1975. Participou de cursos de formação e especialização para Movimentos Sociais, Câmaras Municipais, Extensão Universitária, Conselhos Municipais e Campus Avançado do Vale do Jequitinhonha. Prestou assessoria a movimentos populares, participou da Equipe Jornal de Bairros, da Escola Sindical, assessorou a Assembleia Legislativa de Minas Gerais e a Casa do Trabalhador da Região do Vale do Aço. Na PUC-Minas, desempenhou atividades de direção administrativa como chefia de departamento (de 1983-1985) e participação em colegiado. Na extensão universitária, foi membro da equipe responsável pela criação do Instituto da Criança e Adolescente da PUC Minas (ICA) e sua primeira coordenadora. Participou da criação do

Projeto Parlamento Jovem, em parceria com a Escola de Governo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, sendo a primeira coordenadora. Pioneira nos estudos sobre a participação política da juventude com uso da metodologia dialógica participativa. Tem várias publicações em periódicos científicos, capítulos de livros e livros sobre temas relacionados a comportamento político, teoria política, políticas públicas, juventude e trabalho, juventude e participação política, valores éticos e políticos e história do Brasil.

ENTREVISTA

Regina - Estamos aqui reunidos para uma conversa sobre a história das Ciências Sociais da PUC Minas, que não conta com nenhum registro escrito. Vocês, Cristina Vilani e Beth Marques, que integraram o Departamento desde seu início, certamente vivenciaram e guardam na memória fragmentos de sua trajetória a partir de sua fundação até a transferência do Curso de Ciências Sociais para o Campus do Coração Eucarístico.

Manoel - Para nós, rememorar essa história, no ano em que o Departamento completa 20 anos de existência, é muito importante.

Regina - Cristina, você pode começar?

Maria Cristina - Prefiro falar sobre o Departamento de Ciências Sociais um pouco mais para frente, deixo para Beth comentar sobre o Ciclo Básico, porque ele é importante para entendermos a nossa história, porquanto o departamento nasceu com o fim do Básico.

Maria Elizabeth - Quando nós fomos para a Universidade Católica, Cristina em 1974 e eu em 1975, fomos lotadas no Ciclo Básico, mas também dávamos aulas no Curso de Serviço Social e no Curso de Economia, respectivamente.

De imediato, uma coisa que gostaria de ressaltar no Básico, eram as condições de trabalho que tínhamos naquela época. A Universidade contratava aulistas e professores de regime. Nós, professores do Básico, tínhamos contrato de regime. A maioria com 20 horas semanais, assim distribuídas: duas turmas com 8 horas aula e 12 horas de disponibilidade. Isto nos possibilitava um trabalho de equipe muito bom. Produzíamos textos para os alunos, fazíamos estudos em grupo, aulas conjuntas e seminários interdisciplinares.

Regina - Nessa época, o Brasil estava em plena ditadura militar. Vocês podem falar como era o ambiente na Universidade?

Maria Elizabeth - Nós estávamos no auge de uma ditadura e o Ciclo Básico foi contratando professores que tinham posição muito clara contra o regime militar. Não era incomum ouvirmos que os conteúdos das disciplinas do Básico tinham um certo dogmatismo. Tínhamos rigor científico, mas, sem dúvida, predominava a perspectiva marxista. Eram muitas as concepções dentro desta linha. Constituímos, efetivamente, uma equipe com muitas discussões. Sabíamos que alguns Cursos reclamavam de o Básico ter uma linha única de interpretação da realidade.

Eu identifico que, já naquela época, cada Curso queria ter disciplinas específicas, não queriam uma formação generalista, eles queriam uma formação específica desde o momento que os alunos entrassem na Universidade. Havia uma pressão das graduações para terminar com os Básicos.

Na década de 1970, houve um desentendimento da equipe do Curso de Economia com a Reitoria. O reitor, que era Dom Serafim, demitiu boa parte da equipe. Fui demitida da Economia, mas permaneci com o contrato do Básico.

Em 1976, iniciei o mestrado no Departamento de Ciência Política da UFMG, pedi licença da Universidade, e só retornei em 1982, quando Cristina já era chefe do recém-criado Departamento de Sociologia.

Manoel - Quando você fala da licença, foi uma licença não remunerada?

Maria Elizabeth - Sim, uma licença não remunerada.

Quando retornei à Universidade, pensei que teria outro tipo de contrato, mas não, mantiveram o regime antigo de 20 horas semanais. Quem voltava, voltava na forma contratual anterior.

Maria Cristina - Só que com um detalhe, já não eram duas turmas por cada professor, aí já eram três. Essa passagem criou uma nova dinâmica na distribuição da carga horária. Antes tínhamos 8 horas de aulas e 12 de disponibilidade. Isto provocou um forte descontentamento entre os professores, mas não conseguimos retornar às condições de trabalho anteriores.

Manoel - Como era a questão salarial?

Maria Cristina - O salário de 20 horas semanais, naquela época, era bastante razoável.

Maria Elizabeth - Havia um tipo de prática relativa aos Contratos docentes que eu acho importante ressaltar. A Universidade era muito amadora no que se referia ao cumprimento dos acordos sindicais. Quando eu fui chefe do departamento haviam muitas ações trabalhistas contra ela.

Maria Cristina - Quando eu assumi a chefia da Sociologia eu via muito isso e falava: "Magela, olha, não pode. Professores que dão aula até 22h30, às 7 horas do outro dia estão em sala de aula outra vez."

Maria Elizabeth - Eu avalio que tem uma mudança no trato administrativo quando Milton Cabral vai para a Pró Reitoria Administrativa ou Financeira, não sei bem como se chamava. A partir daí o tom foi mais empresarial. Paulatinamente, os acordos começaram a ser cumpridos. Na época, o reitor era Gamaliel Herval.

Regina - Cristina, você pode nos falar sobre o Departamento de Sociologia?

Maria Cristina - Com o fim do Ciclo Básico foram criados os departamentos das diversas áreas que o compunham. O Pe. Geraldo Magela, que era coordenador do Ciclo Básico, tornou-se, automaticamente, o chefe do Departamento de Sociologia (assim era denominado na época). Estávamos na década de 1970. Éramos, acho eu, em torno de 20 professores das diversas áreas das Ciências Sociais: Sociologia, Antropologia e Política. Naquela época, nenhum dos professores tinha titulação em pós-graduação *stricto sensu*, mas formamos um grupo capacitado para a docência e extremamente comprometido com as tarefas de sala de aula.

Manoel - O Departamento surge um pouco antes da década de 1980?

Maria Cristina - Sim. E desde o início teve sua peculiaridade. Era um departamento sem curso e que, segundo Dom Serafim (Reitor nessa época), era vocacionado para prestar serviços a toda Universidade Católica (ainda não era PUC). Oferecíamos disciplinas de sociologia, principalmente, e também de antropologia e política para todos os Cursos, menos para a área de Ciências Exatas. Para termos ideia do volume desse "serviço", quando os diversos *Campi* foram se multiplicando, chegamos a ofertar cerca de 200

disciplinas em toda a Universidade. Era realmente um departamento muito peculiar, não tínhamos curso próprio, mas éramos responsáveis por ofertar o maior número de disciplinas. Podemos dizer que, como o nosso, somente o Departamento de Filosofia oferecia cadeiras de filosofia para toda a Universidade.

Regina - E a relação com os cursos?

Maria Cristina - Regina, tem um detalhe importante que vale a pena ressaltar: cada um dos diversos Cursos demandava adaptação das nossas disciplinas para as suas características próprias. Cada um formulava as ementas, com nossa participação, e a nossa Câmara formulava os programas. Por exemplo, as nossas disciplinas oferecidas na Psicologia não eram iguais à oferecida no Direito; as do Serviço Social não eram iguais a da Odontologia, e assim por diante. Com isto, estabelecíamos um intenso intercâmbio com todos os Cursos.

Maria Elizabeth - Quando Dom Serafim saiu do cargo de Reitor, a direção da universidade passou para um leigo, isso foi bem no início da criação do Departamento.

Maria Cristina - Sim. Quando Dom Serafim deixou a Reitoria, designou Prof. Gamaliel Herval para reitor e Pe. Magela para vice-reitor. Foi então que, por sugestão de alguns dos nossos professores e da reitoria, fui designada para chefiar o Departamento de Sociologia depois de muita resistência da minha parte. Eu não tinha ideia de como desempenhar tal tarefa, mas recebi uma inestimável ajuda do Pe. Magela, oriundo do nosso departamento, das funcionárias da Secretaria e de nossos professores. Era uma tarefa conjunta, diante da minha fragilidade para a coordenação.

Regina - Nessa época, a Universidade investia na formação de professores?

Maria Cristina - Não, não tinha uma política na década de 80, mas foi impressionante, nessa década, os professores do Departamento começaram a titular-se.

Maria Elizabeth - Nisso o departamento foi pioneiro, em meados da década de 70, início de 1980, eu, Léa Souki, Cristina Vilani e Fátima Anastásia estávamos no Departamento de Ciência Política da UFMG.

Maria Cristina - Na década de 1980, tivemos um *boom* de professores buscando titulações em pós-graduação *stricto sensu*. No final daquela década, já contávamos com

quase a totalidade de professores mestres ou doutores. Foi impressionante. De repente, tornamo-nos, segundo a Reitoria, o Departamento com maior número de professores titulados. Os professores deixavam seus afazeres de docência, licenciavam-se, sem remuneração, para obter seus títulos de pós-graduação. A Câmara colocava, para substituí-los, alguns dos nossos professores ou contratava professores provisórios. Quando aqueles voltavam, já com titulação, recebiam suas disciplinas de volta. Nós tínhamos inteira autonomia para distribuir nossas disciplinas, embora dificilmente pudéssemos alterar nosso banco de horas. Quero registrar outra característica do Departamento, que era a sua composição: tínhamos aproximadamente 50% de homens e 50% de mulheres. Acho interessante observar porque eu participei de muitos colegiados e esse equilíbrio não havia nos cursos. Serviço Social só tinha mulher, Direito a maioria era homem. Era uma característica mesmo.

Manoel: Você lembra mais ou menos quantos professores tinham na década de 80, quando você foi chefe?

Maria Cristina – Acredito que era entre 20 ou 30, mas eu realmente não sei precisar.

Maria Elizabeth - Eu vou lembrar alguns, mas ao longo do tempo muitos não permaneceram conosco, a Sissi (Delsi Gonçalves de Paula), a Yonne Grossi, a Clarinha (Maria Clara Gallupo), a Conceição Noronha, o Toninho (Antônio Pena Filho), o Alexandre Cardoso, a Marília Noronha, a Inês Teixeira, o Tolentino, o Frei Léo (Leonardo Lucas Pereira), o Otto (Otto Maria von Baungarten), o Élvio (Geraldo Élvio Magalhães), a Fátima Anastasia, a Tânia Quintaneiro e a Márcia Gardênia. Acredito que estas duas últimas foram para a Universidade Federal antes da criação do Departamento.

Maria Cristina - Outra característica muito importante eram as reuniões que chamavamos de assembleia departamental. No departamento, as decisões eram sempre tomadas em assembleias departamentais. Nós trabalhávamos, digamos, de forma colegiada. Era uma característica importante do Departamento de Ciências Sociais. Dificilmente o Chefe de Departamento e a Câmara Departamental tomavam decisões sem consultar o corpo docente em assembleias frequentes. Tenho tranquilidade de falar isto como uma característica que nos distinguia, porque participei de vários Colegiados de outros Cursos e não era dessa forma que acontecia. Nós discutíamos sobre tudo, sobre questões internas até sobre questões relativas à política da Reitoria. Às vezes o debate era

muito intenso. Após as reuniões departamentais, mandávamos para a Reitoria a lista de professores aulistas que estiveram presentes nesta atividade para que recebessem o "jeton" pela participação.

Maria Elizabeth - Um exemplo que ilustra essa cultura participativa era a forma como distribuíamos as disciplinas entre os professores. Até essa que é uma questão administrativa e técnica, era decidida com participação da equipe, em assembleia.

Maria Cristina - Às vezes tinha briga, conflito...

Regina – Vocês registram história participativa e dinâmica democrática do Departamento. Existiam problemas, como por exemplo, perseguições políticas?

Maria Elizabeth - Não! Quando citamos essas questões, não é como glória, havia um grande esforço da equipe. Mas não era simples, porque não tinha espaço para isso, nós abrimos espaço.

Maria Cristina - Nós nunca vivemos conflito explícito com nenhum curso.

Maria Elizabeth - Eu lembro de cursos que não queriam aquele professor específico por não corresponder ao que o curso queria academicamente, isso era comum.

Maria Cristina - Às vezes o colegiado pedia para trocar. Quando possível, fazíamos isso.

Manoel – Mas, e questões de ordem ideológica? Porque parece que uma das razões do encerramento do Ciclo Básico foi o fato dos professores terem uma ideologia predominantemente marxista. Vocês chegaram a sentir uma pressão da Universidade no sentido de um alinhamento?

Maria Elizabeth - Olha, nós chegamos na gestão de Dom Serafim e nunca vivenciamos uma pressão por parte da universidade.

Maria Cristina - Nunca. Tem um episódio da época do Ciclo Básico, que vale a pena relembrarmos: em uma ocasião, o Magela me chamou, muito constrangido por sinal, disse que Dom Serafim também estava constrangido e recomendou que os professores de Sociologia não tocassem em duas coisas: a palavra ditadura e o AI5. Nós estávamos praticamente proibidos de falar sobre esses temas, mas não era um constrangimento

criado pela Universidade, pela Reitoria. Pelo contrário, foi um constrangimento que veio de fora. Esse episódio já diz um pouco sobre o período.

Maria Elizabeth - Na década de 70 era forte a pressão nas universidades do país.

Manoel - Foi na virada da década de 80 que a maioria virou aulista?

Maria Cristina - É, mas tinha muito professor de regime, de vinte horas. Os novos que entravam é que tinham contrato de aulista na década de 80.

Maria Elizabeth - Nessa década começou nova prática: o professor era contratado por horas-aula. Se participasse de algum projeto, mais horas eram acrescidas. Foi assim que iniciaram a distinção de contratos.

Manoel - Vamos focar um pouco na extensão?

Maria Cristina - Sim. Inicialmente, acho que até a década de 1980, nos destacamos nas atividades de extensão. A partir daí é que alcançamos um alto patamar na pesquisa. Eu destacaria três atividades de extensão pelo seu significado humanístico. O Campus Avançado do Vale do Jequitinhonha, o ICA (Instituto da Criança e do Adolescente), que foi criado no Departamento de Ciências Sociais e a Sociedade Inclusiva, que foi um projeto da Pró Reitoria de Extensão e tinha nossa participação.

Regina - Como eram as atividades no Vale do Jequitinhonha?

Maria Cristina - No Vale do Jequitinhonha, nossos professores, eu fui lá em 2 ocasiões, iam lá, principalmente nas épocas de férias escolares, para o trabalho com comunidades locais. Lembro das reuniões com a Cooperativa de Trabalhadores Rurais e das visitas nas casas das famílias para ouvir suas demandas. Isto era feito com a equipe de coordenação local e com os alunos estagiários. Nessas ocasiões, nós, de Sociologia, trabalhávamos principalmente com professores do Serviço Social.

Maria Elizabeth - Recebíamos alunos de vários locais do país aqui em Belo Horizonte. Dávamos cursos de preparação para esses alunos atuarem no Campus Avançado.

Regina - E o ICA? É bem posterior, não?

Maria Elizabeth - O ICA nasceu no início dos anos 90, é bem posterior à atuação da universidade no Vale. Se é que me recordo bem, no Vale atuamos de meados dos anos 70 até início dos anos 80.

Maria Cristina - O ICA foi criado no nosso departamento, cresceu, tornou-se uma atividade interdisciplinar e então localizou-se na Pró Reitoria de Extensão, mas sempre sob a coordenação de professores das Ciências Sociais. Não vou me aprofundar sobre esta atividade porque sei que a Prof.ª Rita Fazzi escreveu um capítulo sobre o ICA para esse número da revista, o que ela domina muito bem, pois foi coordenadora do programa por muitos anos.

Maria Elizabeth - Gostaria de resgatar a origem do ICA, apesar dessa revista contemplar o ICA com um Artigo. O Instituto nasceu sob a influência indireta de um Curso de Elaboração de Projetos de Intervenção, ministrado no PREPES sob a coordenação da professora Sônia Nicolau, com participação ativa da Mabel Cordini, uma consultora de organismos internacionais – UNICEF, OIT.

Nesse curso, o tema da infância e adolescência foi ganhando predominância, os alunos formularam muitos projetos sobre ele. O tema estava no auge no Brasil. Havia forte discussão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Esse era um debate nacional. A Sônia trouxe essa discussão com a Mabel para o departamento. Começamos a trabalhar em torno do tema e constatamos que ele era eminentemente interdisciplinar. Foi assim que abrimos as reuniões e tivemos a participação da Sociologia, da Psicologia, do Serviço Social, do Direito, da Enfermagem. Começamos a fazer reuniões amplas e verificamos que o tema estava presente em diferentes cursos na PUC.

Maria Cristina - Foi assim que o grupo foi para a Pró Reitoria de Extensão na gestão do Professor Bonifácio (Bonifácio José Teixeira).

Maria Elizabeth - Fui a primeira coordenadora do ICA, seguida pela Rita Fazzi.

Manoel – Isto foi mais ou menos em 1990?

Maria Elizabeth – Sim, início dos anos 90. A Resolução do Magela me designando para coordenar o Instituto é de 1993. Desde o início do ICA, eu e Rita Fazzi começamos a

participar pelo departamento. Cristina também, mas depois, por causa das tarefas da chefia, foi ficando por conta da gente.

Por que estou chamando atenção sobre isso? É porque nessa origem estava a Mabel, que era uma pessoa que tinha grande articulação com organismos internacionais. Com ela nós fizemos várias parcerias – OIT, Save the Children, UNICEF. Depois o ICA prestou serviços de diagnóstico sobre a infância para a Delegacia Regional do Trabalho, Prefeitura de Belo Horizonte, Prefeitura de Contagem, Conselho Tutelar, foram muitas parcerias. O ICA começou a ter recurso dessas instituições, para o trabalho a ser desenvolvido. A novidade é que o ICA se propôs a fazer pesquisa e tínhamos recurso para isso. Toda pesquisa que nós fizemos virou livro, ou então virava material didático, virava vídeo, livrinhos, sempre com publicação. A Rita vai falar sobre isso, eu tenho certeza. O ICA teve uma produção muito boa. Hoje eu não sei se ele existe, parece que não, pelo menos a última notícia que tive foi essa. É uma pena, porque o Projeto tinha uma produção de primeira linha. Avalio que o trabalho do ICA foi muito importante para a extensão, porque trouxe um outro olhar sobre ela.

Manoel - Modernizou.

Maria Elizabeth - Modernizou, trazia a questão das temáticas, das parcerias, da pesquisa extensionista, como passamos a chamar. Isto foi novidade na PUC Minas, foi uma tendência nacional, algumas universidades tinham experiências bem parecidas com a nossa, Goiânia era um exemplo. Todos os projetos com recurso. E os integrantes da equipe também tinham horas de disponibilidade

Manoel - O Departamento participou da Sociedade Inclusiva?

Maria Cristina - A Sociedade Inclusiva foi um programa idealizado pela Pró Reitoria de Extensão e teve participação ativa das Ciências Sociais. Lembro de reuniões semanais com professores do Serviço Social, do Direito, da Psicologia. Era uma equipe de coordenação que incluía cadeirantes, deficientes visuais e deficientes auditivos. Estes participavam ativamente, explicitavam suas demandas para serem transformadas em decisões. Eram, às vezes, reuniões difíceis, diante de tantas demandas e mesmo diante de discordâncias sobre como dar andamento aos trabalhos. Quero citar algumas providências tomadas pela Universidade que foram frutos da Sociedade Inclusiva: elevadores ou

rampas em praticamente todos os prédios da Universidade para a acessibilidade; leitores de sinais em todas as salas que tivessem alunos com deficiência auditiva; textos em braile para os alunos com deficiência visual.

Regina – Vamos falar um pouco sobre movimento docente. Nos anos 70, vocês contavam com sindicato, a ADPUC já existia?

Maria Elizabeth - Já existia o sindicato, a ADPUC surgiu no final dos anos 80.

Maria Cristina - A Inês era professora do Departamento, participava da direção do sindicato e chegou a ser presidente da ADPUC, ela e Rita Liberato. Esta última presidiu a ADPUC várias vezes. Posso dizer que tínhamos liderança na PUC. A voz da Sociologia era uma voz muito forte nas decisões das assembleias gerais de professores.

Maria Elizabeth - Eu penso que nós tínhamos uma história forte de participação. Havia muitos professores extremamente participativos: por exemplo, a Inezinha que tinha sido presidente do Sindicato dos Professores da Rede Particular, a Conceição Noronha que era muito guerreira nas assembleias, a Rita Liberato que foi presidente da ADPUC em várias gestões e teve liderança destacada no movimento docente da PUC e mais posteriormente o Onofre dos Santos. Isso sem falar na participação maciça de professores do Departamento em assembleias docentes.

Regina - O Movimento Docente na Universidade era propositivo nessa época?

Maria Elizabeth - Era propositivo e tinha força nas negociações. Os anos 90 foram anos de muitas greves no país e o movimento docente reapareceu e chegou a ter pautas nacionais. A ADPUC mesmo foi uma novidade, ela é uma associação por local de trabalho. Isso só o movimento operário tinha de forma consolidada. A ADPUC foi pioneira na proposição de pautas para as universidades/faculdades particulares em Minas. O sindicato tinha pauta para o ensino fundamental e médio, não tinha uma pauta específica para as universidades. Não era só pauta salarial que nos interessava. Propúnhamos Estatuto da Carreira Docente, revisão do Estatuto da Universidade. Na PUC havia comissões com representantes da Universidade e dos docentes. Nós do departamento participávamos de todas elas: Rita Liberato, Onofre, eu e os professores Antônio Greco, da Administração, e Duval Fernandes, do departamento de Economia, estávamos presentes em quase todas elas.

Maria Cristina - Nós falávamos em condições de trabalho, as nossas pautas eram horas de disponibilidade para pesquisa, regime, carreira docente.

Regina - E a política de pesquisa surge quando?

Maria Elizabeth - A pesquisa ganha força com a criação dos Cursos de Pós-Graduação, já na gestão do Professor Caio Boschi. O Curso de Letras foi um dos pioneiros. Mas foi com a Léa Souki que o Departamento criou o Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais. A Léa também deu muita força para a Iniciação Científica. Fui da Comissão de Seleção de Projetos de Iniciação Científica, que na época era muito ativa.

Maria Cristina - Quando a Léa foi Pró-reitora, nós, na Sociologia, já tínhamos um quadro de doutores bem significativo. Nesse contexto surge o primeiro curso do Departamento, que foi de pós-graduação em Ciências Sociais. Nós ainda não tínhamos graduação em Ciências Sociais e criamos o de pós-graduação.

Manoel - Isso foi em 1996?

Maria Cristina - Eu acho que sim. Não tenho certeza. Nessa época, começamos a ser chamados de Departamento de Ciências Sociais, não mais Sociologia.

Manoel - No início vocês falaram que não tinha concurso, os professores eram admitidos por indicação, Magela designava. Como foi essa transição, para uma estrutura de concurso? Imagino que seja a partir das sugestões que o movimento docente deu para uma alteração do estatuto. Quando foi que os professores passaram a votar na escolha de chefias?

Maria Cristina - Sim, nós ficamos muito tempo com indicações, os concursos e as eleições foram tardios.

Maria Elizabeth - A década de 1970 toda era só indicação.

Maria Cristina - Eu lembro que na década de 80 também.

Maria Elizabeth - No final de 80, quando começa 90, é que a PUC começa a estruturar essa forma mais estatutária, regulando entrada e saída de professores, aí é que começam a ter os concursos para admissão.

Manoel - Os concursos e essa estrutura de participação dos professores na eleição dos próprios chefes.

Maria Elizabeth - A eleição dos chefes foi antes. Cristina você foi eleita?

Maria Cristina - Eleita.

Maria Elizabeth - Eu também fui eleita em 1983.

Regina - A eleição era de uma chapa da administração colegiada?

Maria Elizabeth - No caso do Departamento a eleição era da Câmara. Sim, era uma chapa.

Maria Cristina - Em poucas ocasiões nós tivemos duas chapas.

Manoel - Centralismo democrático.

Maria Cristina - Discussões e discussões... Até que a assembleia decidia quem deveria compor a chapa. Encaminhávamos os nomes para a Reitoria, era uma lista tríplice para o chefe, no nosso caso, sempre o mais votado era indicado para a chefia.

Maria Elizabeth - Nós trabalhávamos o consenso em torno desse nome, assim compúnhamos a lista que seria a composição da Câmara.

Manoel - Como foi o processo de criação dos cursos de Relações Internacionais e de Ciências Sociais?

Maria Elizabeth - Para resgatar a história do Departamento seria importante falar da criação dos três cursos: a pós-graduação, o curso de Relações Internacionais e o Curso de Ciências Sociais. A criação desses cursos demarca outro momento da vida do Departamento. Sem dúvida, eles foram divisores de águas. Para a criação da pós-graduação foi importante a participação da professora Léa Souki, que na época era pró-reitora de pesquisa e pós-graduação, da professora Luciana Andrade e da professora Magda Neves, recém contratada. A criação do curso deu muita polêmica entre os professores, a equipe era qualificada e criou-se a expectativa que o curso poderia absorver boa parte dos professores do departamento. Isso não aconteceu. A própria Política Nacional de pós-graduação deu as balizas. Nesse momento a disputa interna entre os professores evidenciou-se.

Maria Cristina - Depois do Curso de Pós-graduação, foi criado o Curso de Relações Internacionais. Considero aquele momento como um ponto de inflexão dentro do nosso departamento porque nenhum de nós tinha formação nesta área, não tínhamos preparação teórica ou prática em RI. Foi difícil. Na época só existiam cinco Cursos de RI no Brasil, todos de alto nível. Quero destacar os nomes de Gilmar Rocha e Onofre. Inicialmente, eles começaram a estudar, estudar para valer mesmo. Entraram em contato com outros Cursos, mas acho que a comunicação com a PUC do Rio prevaleceu. Por lá eles já tinham, inclusive, além da graduação, a pós-graduação.

Regina - Foi logo no início do curso que o professor Ricardo Ghizi veio para a PUC?

Maria Cristina – Sim, Regina, foi da PUC Rio que chegou para nós o primeiro professor da área, com formação no mestrado de lá – Ricardo G. Corniglion. Outra pessoa da PUC Rio que teve um papel muito importante foi a Sônia de Camargo, ela chegou a dar um curso extracurricular sobre o Mercosul para os alunos.

Manoel - Muitos professores do Departamento se destacaram na montagem do curso, não foi?

Maria Cristina - Nosso curso, desde o início, foi considerado de excelente qualidade pelos nossos pares dos outros estados. Além dos professores já citados, destaco também o papel da Prof.ª Silvana Seabra e do Prof. Paulo Lavigne pelo envolvimento dos dois no novo Curso. Vários dos nossos professores davam aulas adaptando as ementas das disciplinas às características das Relações Internacionais.

Regina - O curso apresentava inovações.

Maria Cristina - Foi para este Curso que criamos uma semana por semestre de atividades extraclasse – os Seminários de Conexão. O Colegiado elencava uma série de temas para serem oferecidos em minicursos e os alunos escolhiam em qual queriam se matricular. Estabelecemos o mínimo e o máximo de alunos por cada minicurso. Esta atividade, posteriormente, foi realizada também no Curso de Ciências Sociais.

Maria Elizabeth - Foi a primeira experiência do departamento/curso de convivência com alunos de graduação e não foi fácil...

Maria Cristina - Os alunos de RI avaliavam bem o Curso, mas eram extremamente reivindicativos. Reclamavam o fato de não terem professores formados na área e também pelo Curso ser ministrado no período da tarde. Queriam aulas pela manhã, mas na Universidade não havia sala disponível. Muitos desafios estavam colocados para a coordenação. Depois do Prof. Gilmar, que foi o primeiro coordenador, eu assumi a coordenação. Posso dizer que dos 38 anos que trabalhei na PUC, aqueles 4 anos foram os mais difíceis e espinhosos para mim. Depois de algum tempo, não lembro exatamente em que ano, o Curso de RI saiu do nosso departamento, criou o seu próprio, inclusive com programa de pós-graduação.

Maria Elizabeth - É bom lembrar que nós não pleiteamos criar o RI. O curso foi uma demanda do Magela, da reitoria, que acabamos tendo que executar.

Maria Cristina - Tanto que o RI saiu do departamento e virou um curso independente. Essa passagem, eu diria, foi sem conflitos. Sem dúvida, como já falamos, a criação de RI foi uma inflexão dentro do Departamento, inclusive nos dotou de experiência para criar o Curso de Ciências Sociais.

Maria Elizabeth - A criação do Curso de Ciências Sociais sempre foi o grande sonho do Departamento. Várias vezes fizemos pesquisa de mercado e constatávamos que seria impossível a sua criação. Até que essa possibilidade se desenhou confirmada, não só pela pesquisa de mercado como também pela distinção que deveríamos ter do curso da Federal. A preocupação com o mercado de trabalho do profissional formado pela PUC fez com que o curso tivesse carga horária elevada em algumas áreas.

Manoel - Tinha carga horária forte em metodologia.

Maria Cristina - A área de política, em especial de política pública, também era muito forte. A Comissão que elaborou o Projeto do curso o fez de forma muito inovadora. O Projeto serviu de modelo para a reforma de alguns cursos e/ou criação de novos cursos na PUC. Penso ser importante registrar os professores que compuseram este grupo: o José Márcio Barros, que foi o primeiro Coordenador do Curso, a Silvana Seabra, o Luiz Flávio Sapori e a Luciana Andrade.

Maria Cristina – Academicamente, chamo atenção para duas atividades que dinamizaram muito o Curso de Ciências Sociais: o Parlamento Jovem e os Seminários de

Conexão. A convite de José Marcio e com a participação dele no início, eu e Beth fundamos o PJ, depois Regina Medeiros e a Maria Auxiliadora (Dora) somaram à equipe, que trabalhava com a equipe da Escola do Legislativo. Realmente, esse foi um projeto trabalhoso, mas extraordinário. E depois serviu de modelo para outros estados.

Maria Cristina - Já o Seminário de Conexão herdamos de RI.

Maria Cristina - Eu não tenho certeza, mas eu acho que não existia isso em outros cursos.

Manoel - Exatamente, foi dentro do departamento, com o projeto do RI.

Maria Elizabeth - Penso ser necessário ressaltar que, nesse momento, nós não queríamos que o Curso fosse em São Gabriel. O departamento queria o curso no Coração Eucarístico, mas a PUC tinha definido uma política de criação de cursos aproveitando os espaços das unidades. Fomos para a Unidade de São Gabriel e logo que o curso começou constatamos que o curso não ia muito longe se permanecêssemos ali. Começamos a ter baixa de alunos, problemas de inadimplência enorme.

Manoel - Foi um período de muito desafio.

Maria Elizabeth - É fato que, quando criamos o Curso de Ciências Sociais, a equipe de professores se mobilizou muito e diferentes desavenças aparecem. Aí é igual Neto lembrou, já havia algumas diferenças: de entendimento do que poderia ser o curso, de gestão desse curso, as nossas desavenças eram também teóricas e metodológicas. Em São Gabriel, logo constatamos esses problemas e nos convencemos de que teríamos que ir para o Coração Eucarístico. Foi muito difícil. Vivemos vários conflitos nesse momento, havia uma disputa interna nossa e um conflito aberto com a reitoria que, no nosso entender, tinha uma política muito engessada para mudança de curso, e nós confrontávamos com essa política.

Regina - Sem contar que tínhamos que fazer um trabalho de convencimento dos alunos para aceitar a transferência do curso para o Coração Eucarístico.

Maria Elizabeth - Alguns poucos alunos não queriam ir para o Coreu. Então nós tínhamos uma divisão entre os alunos, uma disputa de professores sobre a gestão do curso, e o conflito com a reitoria, foi um momento muito delicado. Conseguimos ir para o Coração Eucarístico em condições precaríssimas.

Maria Elizabeth - Ficamos muito estigmatizados no campus. Um pouco porque desobedecíamos a política em vigor. Até que se criou o Instituto de Ciências Sociais.

Manoel - Eu acho que é interessante registrar que a gente perdeu muito da autonomia com a criação do Instituto. Até então, o departamento tinha uma característica muito peculiar, pois ele não era vinculado a nenhum Instituto.

Regina - Era independente.

Manoel - Com muitos professores participando das instâncias de representação das Câmaras, dos Colegiados. Não era incomum participarmos de reuniões que eram compostas só por diretores de Institutos.

Regina - Vocês não falaram da revista. Como ela nasceu e por quanto tempo ela existiu. Ela foi criada em sua gestão, Cristina?

Maria Cristina – Sim. O nome era "Cadernos de Ciências Sociais". Eu não lembro o número exato de volumes que ela teve, talvez sete ou oito.

Nós não conseguimos o reconhecimento necessário a uma Revista, o número de artigos era pequeno, apesar de excelente qualidade. Alguns foram publicados em Revistas dos Cursos de História e do Direito. Um deles, eu soube posteriormente, serviu de texto para prova de Vestibular da PUC. Contudo, ela ficou restrita à universidade.

Manoel - Quem coordenava a Revista?

Maria Cristina - Era a professora Eliana Stefani, que tinha 4 horas para essa coordenação e fazia um esforço enorme para a edição de cada número. Eliana coordenou o "Cadernos" até o número 5, depois quem assumiu a coordenação foi a Silvana Seabra. Lembro que havia discussão sobre a periodicidade da Revista – se trimestral, semestral ou anual. Essa é a história da criação da revista no departamento.

Autora:
Regina Medeiros. Doutorado em Antropologia Social e Cultural pela URV, Tarragona, Espanha. Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas. E-mail: repameca@pucminas.br Telefone: 31 991197550. Endereço: Rua Passa Tempo 472, apto 602, Carmo Sion. Belo Horizonte. CEP: 30. 310-760.